
ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Instrumento Contratual nº ____ / 2011.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DE FACHADA DOS FUNDOS, EMPENAS, TELHADO E IMPERMEABILIZAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E A _____.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, situada à Rua da Alfândega, nº 42/48 - Centro / Rio de Janeiro / RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 42.498.675/0001-52, neste ato representado pelo Senhor Secretário de Estado de Fazenda, **RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS**, portador da Carteira de Identidade nº 13326-4, expedida pelo CRE-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 603.258.877-72 e a empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, residente e domiciliada na Rua _____, Cidade _____, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de restauração de fachada dos fundos, empenas, telhado e impermeabilização, com fundamento no processo administrativo nº **E-04/005.715/2009**, por licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, consoante dispõe o artigo 23, inciso I, alínea 'b' da lei 8.666/93, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nº 3.149/80 e 21.081/94 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de restauração de fachada dos fundos, empenas, telhado, e impermeabilização no prédio da Rua Regente

Feijó, nº 07, Centro, Rio de Janeiro, na forma da proposta-detulhe e do instrumento convocatório e seus anexos que são partes integrantes do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato será de 18 (dezoito) meses e contados a partir de ____/____/____, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O, valendo a data de publicação do extrato como termo de vigência, caso posterior à data convencionada. Sendo 180 (cento e oitenta) dias corridos para a execução dos serviços e 12 (doze) meses de garantia, contados a partir do término dos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o disposto previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- 01) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- 02) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- 03) exercer a fiscalização do contrato;
- 04) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas;
- 05) Designar representante para promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados;
- 06) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais e serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 07) Comunicar à contratada, qualquer irregularidade no fornecimento dos materiais e/ou execução dos serviços;
- 08) Solicitar a substituição do objeto contratado que apresentar problemas durante o contrato;
- 09) Assegurar à **CONTRATADA**, através do Fiscal de Contrato, o livre acesso aos setores abrangidos pelo contrato;

- 10) É assegurado à **CONTRATANTE** impugnar os serviços executados pela Contratada, quando os mesmos não atenderem as especificações contidas neste instrumento, as recomendações dos fabricantes, e as normas técnicas aplicadas ao serviço em questão;
- 11) Assegurar a **CONTRATANTE** através do Fiscal de Contrato, o direito de ordenar a suspensão dos serviços caso a contratada não atenda as determinações e comunicações da administração no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da ciência da contratada, sem que tal fato prejudique as penalidades cabíveis e sem que a mesma tenha direito a indenização;
- 12) Caberá a **CONTRATANTE** acompanhar a execução dos serviços, sem que tal fato diminua a responsabilidade da contratada;
- 13) Caberá a **CONTRATANTE**, mediante apresentação pela contratada da Nota Fiscal, atestar os serviços efetivamente executados e aprovados;
- 14) Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente executados e aprovados.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- 01) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita observância do instrumento convocatório e seus anexos, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- 02) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- 03) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 04) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- 05) prestar, sem quaisquer ônus para o **CONTRATANTE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- 06) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- 07) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- 08) manter no local do serviço preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços.
- 09) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas;

- 10) A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente às especificações deste Termo de Referência e às demais instruções contidas no Edital de Licitação e no Contrato de Prestação de Serviços;
- 11) Todas as medidas e informações necessárias para obra deverão ser conferidas pelos Proponentes, diretamente no local, não cabendo nenhum serviço extra por diferenças entre as medidas constantes no projeto e o existente;
- 12) A **CONTRATADA** deverá designar um engenheiro civil ou um arquiteto, com registro no CREA, responsável pela execução dos serviços, que será o contato entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**;
- 13) A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente após a assinatura do contrato, a identificação de seus prestadores de serviços e de veículos autorizados a ingressar nas obras e suas dependências em nome da **CONTRATANTE**, bem como de todos os materiais, equipamentos e ferramentas de ou sob sua responsabilidade. O não atendimento a esta exigência acarretará na impossibilidade de acesso ao local da obra para a execução dos serviços;
- 14) Os prestadores de serviços da **CONTRATADA** deverão se apresentar uniformizados, identificados através de crachá e utilizar equipamentos de proteção individual fornecidos pela **CONTRATADA** (uniformes, crachás e EPIs);
- 15) A **CONTRATADA** deverá manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados à obra, e exibi-los sempre que exigidos pela **CONTRATANTE**;
- 16) Caberá à **CONTRATADA** fornecer todo material, mão-de-obra, ferramentas, maquinário, equipamentos, etc., necessários e adequados para que todos os trabalhos sejam desenvolvidos com segurança e qualidade;
- 17) A **CONTRATADA** deverá prever para os meses de serviço, uma administração local compatível com o porte da mesma. A equipe deverá ser composta por Engenheiros, encarregados e equipe de limpeza e conservação permanente das áreas sob intervenção da **CONTRATADA**;
- 18) Todos os serviços serão efetuados com o prédio em funcionamento. Assim sendo, por tratar-se de um órgão público, será fundamental que o trânsito de empregados e de materiais seja feito em horários e datas previamente agendadas com o Departamento de Apoio Operacional e que os serviços que venham a gerar odores, ruídos e poeira sejam feitos mediante planejamento previamente aprovado pela Fiscalização da **CONTRATANTE**, tudo no intuito de minimizar as interferências e incômodos aos usuários do prédio;
- 19) Qualquer procedimento que haja interrupção no suprimento de energia, água, esgoto e/ou telefonia deverá ser executado fora do horário de expediente, a combinar. Fica a Contratada ainda sujeita à execução dos trabalhos no período e horários estipulados pela

Comissão de Pregão Eletrônico

CONTRATANTE inclusive à noite, conforme interesse do Departamento de Apoio Operacional. Qualquer adicional noturno deverá ser previsto pela empresa;

20) Peças e materiais de grande porte somente poderão ser movimentados fora do horário de expediente, compreendido das 19:00 hs. às 21:00 hs, de segunda à sexta-feira, ou aos sábados de 07:00 hs as 17:00 hs;

21) Como regra geral, os trabalhos serão executados em horário normal, das 07:00 às 18:00 horas dos dias úteis. Toda a movimentação de material e de retirada de entulho e os serviços que gerem muita poeira ou ruído serão executados fora do horário normal e deverão ser realizados aos sábados das 8.00 às 17.00 horas e de segunda a sexta feira das 18.00 às 21.00 horas. Exceções poderão ser admitidas mediante autorização prévia da **CONTRATANTE**;

22) O local da obra deverá ser entregue completamente limpo e desimpedido de todo e qualquer entulho ou pertence da **CONTRATADA**;

23) Deverá ser feita a limpeza permanente da obra, para que o local da intervenção esteja completamente livre e desimpedido de todos os resíduos das construções;

24) A **CONTRATADA** deverá obedecer, rigorosamente, às normas administrativas da **CONTRATANTE** para execução dos serviços, transporte de entulho e de materiais da obra, horários de serviços e locais para armazenagem;

25) Os materiais em trânsito deverão ficar depositados em local a ser determinado pela Divisão de Administração da **CONTRATANTE**, cabendo à **CONTRATADA** as providências necessárias para a segurança do mesmo;

26) Todos os entulhos e escombros provenientes dos serviços deverão ser ensacados;

27) Será procedida periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular na área de atuação no decorrer da execução dos serviços. Este serviço não poderá interferir no bom funcionamento do prédio, portanto deverá ser programado junto à FISCALIZAÇÃO e aos setores envolvidos. A retirada de entulho de obra deverá ser feita em caçamba de aço 5m³, incluindo o carregamento do container, transporte e descarga. O serviço será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação;

28) Responsabilizar-se pela execução dos serviços e equipamentos instalados garantindo o funcionamento seguro e confiável;

29) Executar todos os testes de segurança, necessários ou recomendados pelos fabricantes dos equipamentos ou exigidos na legislação;

30) Fornecer informações, por meio de relatório técnico, sobre a utilização dos equipamentos, bem como de todos os serviços de conservação, reparos, produtos químicos, testes de segurança e vistoria técnicas realizadas nos mesmos;

- 31) Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos;
- 32) Respeitar as normas e procedimentos de controle e de acesso às dependências da **CONTRATANTE**;
- 33) Responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos ou a outros bens de propriedade da **CONTRATANTE**, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a entrega ou instalação do material;
- 34) Fornecer os serviços/equipamentos dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada no prazo preestabelecido e no local indicado pela **CONTRATANTE**;
- 35) Retirar, substituir e transportar, por conta própria, todo ou em parte, o objeto contratado que vier a apresentar baixa qualidade ou ser rejeitado, sem ônus para **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 horas, contados do recebimento da notificação que lhe será entregue;
- 36) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela **CONTRATANTE**;
- 37) Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os bens, bem como eventual custo de frete na entrega;
- 38) É responsabilidade da **CONTRATADA**, a boa execução e a eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o estabelecido pela legislação municipal, código de defesa do consumidor, código civil, as determinações do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, CREA e as NBRs, devendo atender além dos encargos contidos nas cláusulas contratual, edital de licitação e no presente Termo de Referência;
- 39) A **CONTRATADA** acatará às determinações da **CONTRATANTE**, facilitando ainda os procedimentos dos diversos órgãos responsáveis pelas aplicações das normas, códigos e portarias, dando ciência a **CONTRATANTE** do resultado das inspeções dos órgãos;
- 40) A **CONTRATADA** é obrigada a retirar da **CONTRATANTE** os empregados, subordinados ou quaisquer de seus prepostos, que a critério da fiscalização, venham a demonstrar conduta inadequada de comportamento ou deficiência técnica nas tarefas inerentes aos serviços contratados;
- 41) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar transporte dos funcionários em caso de greve ou paralisação dos transportes coletivos, garantindo assim a continuidade dos trabalhos;
- 42) A **CONTRATADA** terá inteira responsabilidade quanto aos eventuais prejuízos causados por ineficiência ou irregularidade cometidos por seus sócios, empregados ou prepostos quando da vigência da contratação do objeto;

Comissão de Pregão Eletrônico

- 43) Exigir que os profissionais designados para a execução dos serviços apresentem se no local se mantendo sempre com boa aparência, trajando uniforme completo e limpo (conjunto de calça e camisa de manga e calçado com solado de borracha em condições de perfeito isolamento) e portando crachá de identificação do profissional;
- 44) Fornecer e usar, obrigatoriamente, Equipamento de Proteção Individual (E.P.I.), exigidos conforme a natureza da tarefa (capacete, óculos, luvas, etc.);
- 45) Confeccionar e usar placas indicativas de situações de perigo, ou outras indicações, tudo compatível com o ambiente público de modo que os serviços possam ser executados com a maior segurança possível;
- 46) Manter atualizado cadastro dos funcionários integrantes da equipe de empreitada, contendo indicação de nomes, cargos e endereços atualizados;
- 47) A **CONTRATADA** instruirá o seu pessoal técnico para manter como confidenciais os dados e informações de que venha a ter conhecimento, em função da execução dos serviços objeto do Termo de Referência;
- 48) Caberá à contratada a obtenção da Anotação de Responsabilidade Técnica (A R T) junto ao CREA, que deverá ser fornecida à **CONTRATANTE** antes do início dos serviços propostos;
- 49) Será de responsabilidade da **CONTRATADA**, quando exigido por órgão competente, os trâmites e despesas para obtenção de toda a documentação referente à legalização dos serviços por ela executados;
- 50) Correrá por conta da **CONTRATADA** qualquer prejuízo causado com os materiais em decorrência do transporte;
- 51) Cabe a **CONTRATADA** consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor. Em função de ser uma obra de adaptação, os prédios estão sujeitos a danos decorrentes da obra. Neste caso, o revestimento danificado durante o processo da obra, deverá ser reconstituído em material idêntico ou similar recompondo a estética do prédio;
- 52) No prazo previsto para execução das obras e de 180 (cento e oitenta) dias corridos a **CONTRATADA** poderá iniciar os trabalhos de canteiro de obras, demolições e legalizações conforme abaixo:
- a) Comunicação escrita, por parte da **CONTRATADA**, à Delegacia Regional do Trabalho, conforme estabelecido na NR-18;
- b) Apresentação de declaração da **CONTRATADA** indicando o nome do profissional responsável pela execução dos serviços;

Comissão de Pregão Eletrônico

- c) Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro – CREA/RJ, devidamente paga, relativa ao registro dos serviços contratados e do profissional responsável pela sua execução.

CLÁUSULA QUINTA: DAS GARANTIAS

- a) No final da obra a **CONTRATADA** deverá transferir à **CONTRATANTE**, as garantias emitidas pelos fabricantes, de todos os equipamentos fornecidos;
- b) Deverão constar da substituição, livre de ônus para a **CONTRATANTE**, qualquer peça ou equipamento defeituoso ou que apresente defeito durante a operação normal, dentro do período de garantia;
- c) A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de utilizar, livre de ônus, os módulos de qualquer dos seus equipamentos mesmo que eles não satisfaçam as especificações e as garantias, mas que estejam em condições de operação, durante o tempo necessário para conseguir meios de, sem prejuízo para a operação do sistema, substituir ou retirar-lo(s) de operação para reconstrução e/ou reparo pela **CONTRATADA**;
- d) A contratada deve garantir por escrito, no mínimo, os requisitos de desempenho solicitados no TERMO DE REFERÊNCIA e nos PROJETOS DESENVOLVIDOS;
- e) A **CONTRATADA** deverá garantir os equipamentos e suas instalações durante um prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da realização de testes de funcionamento e da comprovação da completa instalação e funcionamento do equipamento pela SEFAZ;
- f) A **CONTRATADA** deverá garantir a obra e os materiais empregados quanto aos “vícios construtivos”, pelo prazo de 05 (cinco) anos consoante ao disposto no "Art. 1.245 do Código Civil", o qual serve de embasamento para esta **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificados:

Natureza das Despesas:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA OITAVA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pelo Departamento Geral de Administração e Finanças.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) **ACEITE PROVISÓRIO:** Serão considerados aceitos provisoriamente os serviços concluídos em cada etapa descritos na presente especificação (CRONOGRAMA); após a realização de vistorias e testes por parte da Fiscalização da **CONTRATANTE**, para comprovação da perfeita execução do seu objeto. Os aceites provisórios são parciais, não desobrigando a **CONTRATADA** de reparos futuros e nem de outras responsabilidades contratuais.
- b) **ACEITE DEFINITIVO:** Serão considerados aceitos definitivamente os serviços concluídos em todas as etapas descritos na presente especificação e após o aceite provisório dos mesmos por parte da Fiscalização da **CONTRATANTE**. Após o cumprimento das mesmas, será emitido pela **CONTRATANTE** o Termo de Recebimento do objeto contratado. O aceite definitivo deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias após o aceite provisório da última etapa concluída. Neste período, a **CONTRATADA** cumprirá eventuais exigências formuladas pela Fiscalização da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O representante do **CONTRATANTE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, prova de que:

- a) está pagando os salários de seus empregados, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) estar em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação de seus empregados;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** será obrigada a rerepresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUARTO: A ausência da apresentação dos documentos mencionados no **PARÁGRAFO SEGUNDO** e **TERCEIRO** ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

CLÁUSULA DÉCIMA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____ (_____), em parcelas, conforme cronograma físico-financeiro constante do Anexo III do Projeto Básico, em até 30 (trinta) dias após a atestação da Nota Fiscal por parte da **CONTRATANTE** que efetuará a retenção correspondente ao o pagamento do INSS, na conformidade da legislação aplicável à espécie. Diretamente na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da **CONTRATADA**, no BANCO _____.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência do **Banco Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, o pagamento poderá ser efetuado no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento da segunda e demais parcelas mensais do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referentes ao mês anterior à data do pagamento, de acordo com o disposto no parágrafo segundo da cláusula oitava.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento ao Departamento de Serviços, sito à Rua da Alfândega, nº 48, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

Comissão de Pregão Eletrônico

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo segundo e terceiro, o prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo INCC, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, X, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA**, neste momento, presta uma garantia, em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93, relativa a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a liberação da garantia deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias

devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso verificado o descumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o valor da garantia poderá ser utilizado para o pagamento direto aos empregados da **CONTRATADA** que participaram da execução do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto n.º 3.149/80;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A sanção prevista na alínea b desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente à outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a **CONTRATADA** por perdas e danos das infrações cometidas.

PARÁGRAFO QUINTO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil

Comissão de Pregão Eletrônico

que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO SEXTO: A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do(a) Exmo(a). Governador(a) do Estado, devendo o órgão superior da entidade ou órgão **CONTRATANTE**, prolator da decisão inicial, remeter-lhe o respectivo processo no prazo de 10 dias, para a obtenção de sua ratificação.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO OITAVO - Será remetida à Superintendência de Suprimentos da Secretaria de Estado de Administração, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

O **CONTRATANTE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente depois de garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em ____ de ____ de ____.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA – SEFAZ
RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS

CONTRATADA

TESTEMUNHA
CPF

TESTEMUNHA
CPF